

O poeta e a cidade no mundo romano

Cristina Pimentel, José Luís Brandão,
Paolo Fedeli (coords.)

ESPAÇO E PERSPETIVA NA OBRA DE JUVENAL E NA SÁTIRA MENIPEIA¹

PAULO SÉRGIO FERREIRA

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

O emissor

Em R. 394c., observa Sócrates:

Τῆς ποιήσεώς τε καὶ μυθολογίας ἢ μὲν διὰ μιμήσεως ὅλη ἐστίν, ὥσπερ σὺ λέγεις, τραγῳδία τε καὶ κωμῳδία, ἢ δὲ δι' ἀπαγγελίας αὐτοῦ τοῦ ποιητοῦ - εὗροις δ' ἂν αὐτὴν μάλιστά που ἐν διθυράμβοις - ἢ δ' αὖ δ' ἀμφοτέρων ἐν τε τῇ τῶν ἐπῶν ποιήσει, πολλαχοῦ δὲ καὶ ἄλλοθι,

“em poesia e em prosa há uma espécie que é toda de imitação, como tu dizes que é a tragédia e a comédia; outra, de narração pelo próprio poeta – é nos ditirambos que pode encontrar-se de preferência; e outra ainda constituída por ambas, que se usa na composição da epopeia e de muitos outros géneros.”²

Das palavras platónicas citadas, o que se depreende é a importância do emissor na definição dos modos e dos géneros literários: se o modo dramático se caracteriza por fazer dos atores em sentido etimológico, isto é, das personagens, instâncias de enunciação, já, nos ditirambos e provavelmente no modo lírico, é, de acordo com Platão, o próprio poeta quem narra.

Murray observa que Platão «differs most significantly from his predecessors in maintaining that inspiration is incompatible with *techné*»³ e ao negar ao poeta o estatuto de artífice (v. R. 601d1-2), e vê na perspetiva platónica uma reacção à tendência contemporânea para a profissionalização da atividade poética. Não deixa, contudo, a investigadora de notar o carácter ambíguo da inspiração na obra do filósofo. As personagens platónicas, por um lado, reconhecem que o poeta domina a dicção, o metro, o ritmo e a melodia (R. 393d8); que a inspiração divina garante a verdade e a qualidade da obra (*Ion* 534d); e que uma alma tenra e possuída pela loucura das musas é superior à de um poeta versado (*Phdr.* 245a); mas, por outro, notam que o nível de loucura poética é inversamente proporcional à capacidade de descrever o processo criativo, compreender o assunto e explicar o significado da sua poesia (*Ap.* 22b-c); que,

¹ À saudosa memória de um grande Mestre e Amigo: o Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro.

² Trad. de Maria Helena da Rocha-Pereira 2007 118.

³ Murray 1996 9.

enquanto alguém que se limita a jogar com as palavras (*Phdr.* 278c-d), não vai o poeta além do sexto lugar em ranking de profissões que, nos dois primeiros p. ex., posiciona o filósofo e o homem de negócios (*Phdr.* 248d-e).⁴

Embora, à luz de uma tradição que remonta a Homero e se prolonga por Hesíodo e pela produção poética arcaica e posterior, se possa ver, na crença dos autores gregos na dimensão divina da inspiração poética, uma valorização do papel, no processo literário, do que a moderna Teoria da Literatura designou por “autor empírico”, a verdade é que a referida ambiguidade no modo como Platão encara a inspiração poética, eventualmente decorrente da sua condição de autor e leitor, ora potencia uma perspectiva do poeta como uma espécie de personagem que o leitor infere e associa ao imaginário mítico-religioso grego, ora o situa num plano meramente humano, semântica e pragmaticamente ligado ao meio onde vive e ao contexto em que escreve. Não será, de resto, por acaso que se, em *Ap.* 20d-e e 29a-b, manifesta Sócrates consciência dos limites do conhecimento e se não atreve a reclamar para si uma sabedoria divina, mas humana, já, em *Lg.* 719c, aparece a inspiração poética associada a uma diluição, no processo imitativo, do poeta em personagens contrastantes, de modo a, desconhecedor da verdade, entrar em contradição. Ora a perspectiva adotada nas *Leges*, que consiste na consideração de uma entidade a partir das personagens por ela criadas, é claramente a de um leitor que procura definir os contornos de um autor textual.

Ao escrever, na última década da sua vida, o passo considerado das *Leges*, talvez tenha Platão tido em conta a Comédia Antiga, com a sua invetiva e a sua metateatralidade, e, em particular, as *Ranae*, levadas à cena em 405 a.C., onde, de um debate entre Ésquilo e Eurípidas pelo trono da poesia, pode o leitor depreender um autor textual cuja avaliação de ambos os trágicos negligência e exagera aspetos das respetivas poéticas que Aristófanes, enquanto autor empírico, seguramente conhecia. Ao chamar a Eurípidas «cerzidor de farrapos» (842), parece Ésquilo esquecer o estado em que o seu próprio Xerxes se apresentara ao público no final dos seus *Persae*. Quando Ésquilo, em *Ra.* 868ss., sustenta que, em contraste com a sua própria poesia, a de Eurípidas acompanhara na morte o seu autor, lança ao mais novo dos três trágicos uma farpa que, ao cabo e na época do próprio Aristófanes, era já uma inverdade, uma vez que, no séc. IV e nos seguintes, Eurípidas era muito mais popular que o autor da *Oresteia*. É certo que, em 947, alude o Ésquilo aristofânico à tradição de que a mãe de Eurípidas teria sido vendedeira de hortaliça, mas, à luz dos dois passos anteriores, e do contraste entre 1044, onde Ésquilo afirma nunca ter imaginado uma mulher apaixonada, e Ésquilo, *A.* 606-10, onde a «insistence» de Clitemnestra «on her own chastity» constitui, segundo

⁴ Murray 1996 9-12.

Mader, «an attempt to pre-empt criticism from the chorus»⁵, e ainda à luz da consequente relativização da ideia defendida pelo trágico de que não pusera em cena maus exemplos, facilmente se suspeitam possíveis divergências entre o autor empírico e o textual.

Da Comédia Antiga herdou a sátira menipeia toda uma dimensão paródica e metapoética que induziu Relihan a sustentar que Menipo não teria feito parte da seita cínica, mas tão só imitado, de forma ridícula, o pensamento e o registo dos cínicos. Nessa medida e apesar da consciência de que Menipo nada havia escrito, considerou o investigador, entre as características da sátira menipeia, «the parody of the author who has dared to write in such an unorthodox way»⁶. Semelhante perspectiva já havia Biagio Conte adotado na análise do *Satyricon* de Petrónio, ao considerar que o alvo último do autor escondido eram os intelectuais que constantemente fazia cair no ridículo. Neste caso, porém, talvez se possa admitir a possibilidade de se tratar de uma aprendizagem, traduzida em distanciamento crítico, do narrador autodiegético, no momento de organizar discursiva e coerentemente o seu passado, relativamente ao caos das experiências vividas. Na *Diui Claudii Apocolocyntosis*, é um narrador heterodiegético quem, em clara paródia dos prefácios e registo historiográficos, tanto proclama a sua imparcialidade (*haec ita uera*, 1.1.1), como exulta com a liberdade, decorrente da morte do tirano Cláudio, de revelar, ou não, a sua fonte de informação e de dizer o que lhe apetece;⁷ ora remete quem lhe pergunta por fontes para Lívio Gemínio – zelador da Via Ápia que, subornado por Calígula, afirmara ter visto a irmã do imperador, Júlia Drusila, subir aos céus, e, desacreditado no senado, jurara nunca mais testemunhar perante mais do que uma pessoa, mesmo que tivesse visto um homem assassinado no meio do Foro (1.1.2-3)–, ora parodia perífrases e circunlóquios de tempo e espaço, tão caros a maus poetas (1.2.1-4).

É, por conseguinte, numa tradição cómica, que suscitou certa reflexão filosófica e encontrou eco na sátira, que se deve enquadrar a polémica em torno da identificação e da caracterização da instância de enunciação na obra de Juvenal.

Em contraste com uma reflexão biografista de Highet,⁸ procurou W. B. Anderson, em obra que fez escola e com base em critérios como a incoerência entre as proclamações de discurso despojado e linear e o recurso a figuras retóricas, entre a imparcialidade e a fidedignidade proclamadas e a distorção e

⁵ Mader 1988 52.

⁶ Relihan 1993 10.

⁷ *Si quis quaesiverit unde sciam, primum, si noluerit, non respondebo. Quis coactutus est? Ego scio me liberum factum, ex quo suum diem obiit ille, qui uerum prouerbium fecerat, aut regem aut fatuum nasci oportere. Si liberit respondere, dicam quod mihi in buccam uenerit* (Séneca, *Apoc.* 1.1.1)

⁸ Highet 1954.

o exagero verificados no tratamento dos temas, entre manifestações de aversão ao vício e a tendência efetiva para o sensacionalismo, entre preocupações morais manifestadas e o comprazido ataque às vítimas, entre a racionalidade proclamada e a irracionalidade subjacente às atitudes, demonstrar que, nas primeiras sátiras, o alvo de Juvenal é a própria instância de enunciação que, de forma desajustada, critica a Roma de Trajano e de Adriano. Além disso, sustentou o referido investigador que o público romano tinha consciência das diferenças entre ficção e não-ficção; que a *indignatio* de Juvenal é um reflexo da irracionalidade que Séneca deteta na *ira* provocada por ofensas pessoais e pela consciência da corrupção que grassa em Roma; que, se a *persona* que enuncia as seis primeiras sátiras é ridiculizada, já a de 7-9 faz a transição para a de 10-16, que, digna de confiança, sincera e sem nada de ridículo, se aproxima do sentir do próprio autor empírico.⁹ S. M. Braund, citada por Iddeng, considera a ironia como a marca das sátiras do terceiro livro.¹⁰ Anderson ainda sustenta que o público antigo se divertiria com a exibição de “honesto indignação”.¹¹

Iddeng objetou, porém, que os autores antigos não tinham consciência da distinção entre autor e instância de enunciação; que não existem, além dos poemas, outros testemunhos que nos permitam reconstituir a mundividência do autor; que, com base nos referidos critérios, igual incoerência e irracionalidade se poderá encontrar no *Panegyricus*, da autoria de Plínio-o-Moço, e na obra de Tácito; que obras como as *Orationes* de Cícero e as *Epistulae* de Plínio, pela preocupação retórica e estilística, e o *Bellum ciuile* de Lucano, pelas implicações políticas, são a prova acabada de que o público romano não prestava grande atenção à distinção entre ficção e não-ficção; que, mais importante do que a imparcialidade, era, para historiadores e biógrafos, a verosimilhança; que Anderson não havia considerado a possibilidade de o pensamento de Séneca não ter sido o dominante na época de Juvenal, negligenciara a influência da *indignatio* luciliana e não tivera em conta o facto de as sátiras não explicitarem qualquer conexão com Séneca, de, na obra do último, nunca a *ira* ocorrer como sinónimo de *indignatio*, de ambas as palavras serem etimologicamente diferentes, e de haver autores ilustres que, no tocante à ira, discordavam de Séneca (cf. Plínio, *Ep.* 4.20, Cícero, *Catil.* 1.12).¹² Visto que o Cordubense não apreciava a simulação de *ira* por parte do orador, mais conviria a Juvenal – atalhou Iddeng – seguir Quintiliano, *Inst.* 6.2.26-36, e Cícero, *Inu.* 1.100-9, que respetivamente sustentavam que o melhor orador seria o que com mais

⁹ Anderson 1982 293-324.

¹⁰ Iddeng 2000 123.

¹¹ Anderson 1982 390.

¹² Iddeng 2000 110-117.

qualidade simulasse emoções e, por meio de *loci* – identificados por Braund em Juvenal –, suscitasse no público a *indignatio*.¹³

Argumentou ainda Iddeng que, se o enunciador fosse objeto de ridículo, dificilmente se justificaria a preocupação de ofender poderosos; que, de acordo com Horácio, *S.* 2.1.32-4, Lucílio expusera a sua própria vida como numa tabuinha votiva; que Catulo e Calvo criticaram impunemente *nobiles*, e Varrão, os primeiros triúnviros; que a liberdade de expressão incomodara Sula, que talvez tenha promulgado leis para a limitar (Ulpiano, *dig.* 47.10.5.8ss.); que, de acordo com Trebônio, também Cícero terá escrito, contra um opositor político, versos à maneira Luciliana (*Fam.* 12.6.3), e nem por isso conseguira melhorar as relações com a fação de Marco António, que, por meio de Dolabela, o capturou e matou quando era procônsul na Ásia; que a sátira era usada com propósitos políticos pelo círculo estoico de Sexto Pompeio, e, despojada por Horácio de invetiva e insultos, acabou por encontrar, em outro estoico e adepto da República, Pérsio, novo cultor; que, conforme se depreende de Horácio, a liberdade de expressão era proporcional ao poder de cada patrono; que, em contraste com o que sustenta a citada Braund (que os poemas são monólogos dramáticos ditos por uma primeira pessoa), as referências subsistentes não sugerem outra atualização para as sátiras que não seja a leitura e que o desempenho de papéis nos exercícios das escolas de retórica mais não era do que uma forma de gestão, por parte de um poderoso grupo de falantes, da sua hegemonia; que, à exceção da figura de Névolu em 9, não existe, na obra de Juvenal, outra personagem que com a instância enunciativa dialogue; que, se a *Sat.* 13 contradiz a indignação das anteriores, tal se fica a dever à influência da diatribe moral horaciana, e tal transformação não chega a afetar o propósito de Juvenal de denúncia do vício e da maldade; que nada sugere a possibilidade de o leitor de Juvenal o distinguir de uma instância enunciativa; que se o decurso de dois séculos até ao primeiro testemunho subsistente (Lactâncio, *Diuinae Inst.* 3.29) sobre Juvenal e a sua obra se poderá dever à vertente crítica da obra e à correlativa censura, é a essa mesma vertente crítica da obra e à consciência da sinceridade da instância enunciativa que se deve a redescoberta, no séc. IV e por intermédio de Sêrvio, do referido satírico.¹⁴

Quanto ao argumento de Iddeng de que os antigos não distinguiam do autor empírico a instância de enunciação, além de, à luz dos passos aristofânicos e platónicos considerados, poder ser relativizado, perde, por completo, a validade se se pensar no papel do leitor na configuração de uma entidade como o autor textual. É certo, por outro lado, que Heródoto e Tito Lívio integram nas suas obras informações de natureza mitológica e fabulosa, mas se o primeiro não

¹³ Iddeng 2000 118.

¹⁴ Iddeng 2000 119-127.

deixa de ressaltar que não teve forma de comprovar a informação veiculada, já o segundo justifica, com um propósito paradigmático e de engrandecimento dos primórdios de Roma, a opção de misturar o humano com o divino. No plano da poética explícita, distingue Aristóteles, da historiografia que trata o particular, a poesia que tem por alvo o universal, isto é, o que poderia suceder de acordo com a necessidade e a verosimilhança. Por fim, adverte Iddeng: “I am not questioning the need sometimes to keep the speaker apart from the author, and thus in a sense see him as a literary creation.”¹⁵ Mas, do ponto de vista ontológico, o autor empírico, o autor textual e a instância de enunciação são sempre entidades distintas, que podem coincidir mais ou menos nos pontos de vista.¹⁶ Além de a liberdade de expressão ser proporcional ao poder do patrono, conforme sugeriu Horácio, era, como se depreende da *Diui Claudii Apocolocyntosis*, inversamente proporcional ao poder do visado pela sátira. Impõe-se então uma reavaliação da relação entre autor empírico e instância de enunciação na obra de Juvenal.

Quer se considere um reflexo da realidade contemporânea ou uma situação ideal, a integração dos aedos homéricos nas respectivas cortes, não restam dúvidas da importância, para a criação artística grega, da hospitalidade não só nesta época como também na arcaica, na clássica e até na Helenística. No referido período ainda se registava um contraste entre situações que muito se aproximavam da relação patrono-cliente e não só as medidas para lhes pôr termo, mas também a ausência de depoimentos que considerassem este tipo de interações como pressupostos para a criação artística, até sensivelmente à época em que Dionísio de Halicarnasso 2.9.2 (cf. Plutarco, *Romulus* 13) pela primeira vez empregou o termo *pelates* como equivalente do latim *clientes*.¹⁷

¹⁵ Iddeng 2000 127.

¹⁶ Sobre o assunto, escreveu Aguiar e Silva 1994 222: “É necessário, porém, distinguir adequadamente entre o autor enquanto sujeito empírico e histórico, cujo nome civil figura em regra na capa e no frontispício das suas obras - um cidadão juridicamente identificável, com um determinado estatuto social, profissional, etc. - e o emissor que assume imediata e especificamente a responsabilidade da enunciação de um dado texto literário e que se manifesta sob a forma e a função de um eu oculta ou explicitamente presente e actuante no enunciado, isto é, no próprio texto literário.”

¹⁷ De Demódoco, o aedo que no palácio de Alcínoo dá conta dos feitos de Ulisses, diz Segal 1994 115 que “is a permanent fixture in the royal establishment and has a respected place and regular duties there”, mas, em parte posterior do estudo, oscila o investigador entre a possibilidade de se tratar de uma situação ideal tanto para o poeta como para o público, e a de a aristocracia grega do séc. VIII poder suportar os custos relativamente modestos associados à manutenção de aedos nos palácios reais. Conforme se depreende do exemplo de Ulisses no país dos Feaces, ou dos de Alcman, Anacreonte, Baquilides, Píndaro e Simónides, que exerceram as respetivas atividades poéticas nas cortes de tiranos como Cípselo de Corinto, Pisístrato de Atenas, Polícrates de Samos, e Hierão de Siracusa, era a hospitalidade que criava condições para a criação poética. No tocante a Píndaro, p. ex., refere Kennedy uma sequência ritual onde os feitos e a glória do herói em honra do qual se celebravam os jogos eram compensados pelas

No universo satírico latino, notou Iddeng o facto de Lucílio só ter moderado as suas críticas depois da morte de Cipião e Lélío.¹⁸ Quanto a Horácio, apesar de, em *S.* 1.6.2, de Mecenas dizer que não há ninguém mais generoso (*nemo generosior est te*), e de, em 1.6.52-64, se regozijar com o facto de o valido de Augusto não ter tido em conta a pouca ilustração do pai do poeta e ter contado o poeta entre o número dos seus amigos, a verdade é que, em 1.9.48-52, não deixa de esclarecer o maçador sobre a imunidade da casa de Mecenas a intrigas palacianas e jogos de interesses e de poder, e, ao agradecer em 2.6.57-58 a quinta da Sabina, afirma a estranheza das pessoas quando diz nada saber dos segredos de Estado.¹⁹

vitórias dos atletas, que, por sua vez, reclamavam um poema que as glorificasse. E concluía o investigador (1989 13): “And the song in turn demands compensation from the victorious athlete and his family, to be offered to the composer of the song (e.g., *Pythian* 9.93).” Ao considerar alguns casos de patronato antes da Revolução Democrática de 462, referiu Millett 1989 18-25 a pacífica convivência de Hesíodo, em *Opera et Dies*, com uma relação de dependência de outros para consigo; a situação dos *hektemoroi*, isto é, dos semeadores a meias que tinham de pagar de renda da terra um sexto da produção, e dos *pelates*, que, geralmente tidos como ‘vizinhos’, no período de dificuldades da plebe que conduziu ao arcontado de Sólon em 596; a situação dos pobres de Mégara que, por alturas do arcontado de Sólon, invadiam as casas dos ricos para se banquetearem (cf. Plutarco, *Mor.* 291D = *Quaestiones Graecae* 18); e a magnanimidade de Címon, conforme no-la descrevem Teopompo, no fr. 89, 135 da *Phillipica* (= *Athenaeus* 12.532f-533c), Plutarco, *Cim.* 10.1-2, e Aristóteles, *Ath.* 27.3. Nos testemunhos relativos ao patrono e aristocrata Címon ou no depoimento de Isócrates no *Areopagiticus*, não se verifica qualquer relação de clientela entre aristocracia e poetas. É, por conseguinte, ainda no âmbito da hospitalidade que se devem entender os convites endereçados por Arquelaus, rei da Macedónia no fim do séc. V a.C., a Ágaton, Timóteo e Eurípidés, no sentido de frequentarem a sua corte. Além disso, constituíam os festivais musicais e as comissões para a decoração de templos e outras obras de arte, bons pretextos para o acolhimento dado a artistas, e não rara era a presença de professores e filósofos (p. ex., sofistas) nas casas de ricos cidadãos atenienses. Em 16 (*Χάριτες ἢ Ἰέρων*), tece o sujeito poético de Teócrito considerações sobre o dever dos jograis de cantarem os mortais, sobre a dificuldade contemporânea de os poetas encontrarem patronos, sobre a imortalidade que a poesia concede a quem a patrocina, sobre o facto de Hierão constituir uma exceção dentro dos patronos e necessitar do sujeito poético de Teócrito para entoar os seus feitos. No poema, ainda se formulam votos de que Hierão consiga expulsar da Sicília os Cartagineses, e se manifesta o anseio de convite de Hierão para celebrar as suas vitórias. É, conforme se depreende do idílio, ainda de hospitalidade que Teócrito necessita para entoar os feitos de Hierão, uma vez que a forma *pelates*, que, em Platão, *Euthphr.* 4C, ocorre na aceção de ‘aqueles que se aproximam de outro por proteção’, ainda se não regista como equivalente de *clientes* (cf. Millett 1989 21)

¹⁸ Iddeng 2000 119. Em estudo de 1982, já havia Saller identificado três traços característicos de uma relação patrono – cliente, que recuperou em 1989 49: “First, it involves the reciprocal exchange of goods and services. Secondly, to distinguish it from a commercial transaction in the marketplace, the relationship must be a personal one of some duration. Thirdly, it must be asymmetrical, in the sense that the two parties are of unequal status and offer different kinds of goods and services in the exchange – a quality which sets patronage off from friendship between equals.»

¹⁹ Rocha-Pereira 2009 230-1. A investigadora ainda alude a *Epod.* 1.5-6 e a *Carm.* 2.17, onde o sujeito poético horaciano afirma que, sem Mecenas, a sua vida nada significaria e que lhe não deseja sobreviver; à mútua formulação e aceitação de convites para jantar e aos jantares

Em contraste com o desencanto decorrente da governação de Cláudio, afirma o narrador da *Diui Claudii Apocolocyntosis*, por meio de fraseologia que claramente remete para o *quinquennium Neronis*, que pretende registar o sucedido no céu a treze de outubro, *initio saeculi felicissimi* (1.1.1); e, por um lado, caricatura a deformidade física e critica os vícios de Cláudio, e, por outro, a Apolo compara Nero (4.1.9 e 23s. Cf. *Cl.* 2.1.3).

Com Townend, já Courtney admitiu, em comentário a Juvenal 7, a possibilidade de a sequência de profissões que necessitam do apoio de um patrono [poetas (1-35), historiadores (98-104), advogados (105-149), retóricos (150-214) e gramáticos (215-243)] inverter a que Suetónio, em *De uiris illustribus*, apresentara: gramáticos, retóricos, oradores, historiadores e poetas.²⁰ O segundo investigador ainda observou que já Marcial tinha retratado as miseráveis condições que em Roma se ofereciam a poetas e advogados (3.38), a gramáticos, retóricos e poetas, em contraste com as regalias de citaredos, flautistas e pregoeiros (5.56, cf. 3.4.8), e a poetas e advogados, em contraste com os privilégios dos pregoeiros (6.8). Apesar disso, das críticas dirigidas aos ricos, de uma ou outra advertência a algum *cliens*, e de máximas do tipo: *quas dederis solas semper habebis opes* (5.42.8) – será abusivo, conforme sustentou Baptista, ver em Marcial «um reivindicativo de uma classe»²¹, porquanto, como notara Garrido-Hory referida por Baptista, o sujeito poético de Marcial personaliza as situações. É em nome de intelectuais e autores de obras (*studiorum* 7.1), pelo contrário, que o sujeito poético de Juvenal 7 – diferentemente do de Teócrito 16 – deposita esperanças apenas num César que provavelmente coincidirá com Adriano, e não com Trajano.

frugais na casa de Horácio (S. 1.6.47 e 2.7.32-35); à independência do poeta (*Ep.* 1.1.94-105 e 1.7.14-28); à renitência em tratar os grandes temas romanos (*Carm.* 2.12 e, a propósito da incapacidade de elogiar devidamente Agripa, 1.6); ao facto de, sob os efeitos de Baco, se propor o sujeito poético horaciano celebrar Augusto (*Carm.* 3.25), e de este não apreciar elogios despropositados (S. 2.1.18-20).

²⁰ Courtney 1980 349-350.

²¹ Baptista 2009 529. Ao afirmar que “não existe em todos os epigramas uma real força censuradora e moralizadora imbuída de revolta ou de profunda indignação pelas injustiças praticadas”, parece a perspectiva da investigadora ir ao encontro da de Brandão 1998 141-2: “O poeta sabe que tem na sua mão uma arma terrível e temida, mas fazer uso dela não convém aos seus objetivos literários. Prefere usar *inocuos sales*, e assim consegue atingir um duplo objetivo: *parcere personis, dicere de uitiiis*.” O investigador ainda observa: “Se o próprio Marcial neutraliza uma arma que poderia ser geradora de desconfiança e inimizade, restam-lhe dois caminhos: o da glorificação através da menção das pessoas que o merecem – e Marcial confessa que isso lhe agrada – ou a omissão, condenando o interessado ao esquecimento eterno.....” – no que parece coincidir com Pimentel 1993 429: “Mais que os amigos, é sobretudo quem é influente que o poeta evoca ou a quem se dirige. É a forma de atrair sobre si a atenção desses vultos proeminentes mas também de se aproximar mais e tanto quanto lhe for possível do(s) Imperador(es), topo de uma pirâmide que o poeta respeita e ajuda a construir e divulgar, em que a base não é mais que pano de fundo para realçar a grandiosidade do que se passa à boca de cena.”

Se, na Grécia, era de hospitalidade que os poetas necessitavam para celebrarem quem lhes proporcionasse esse tipo de assistência, não se revelam tão específicas e exigentes as necessidades dos intelectuais latinos que, conforme se depreende de 7.3-12, reclamavam uma morada mais condigna do que um pequeno balneário em Gábios ou uma padaria em Roma, e algum sustento para não terem de exercer ofícios como o de pregoeiro ou o de vendedor em hasta pública. Dos valores morais da classe que o sujeito poético procura representar dão conta os versos 13-16, ao afirmarem que os referidos ofícios sempre são melhores do que a prestação de falsos testemunhos, como faziam ricos e influentes libertos provenientes da Ásia, da Capadócia, da Bitínia e da Gália.

Em 1.95-126 e como triste sinal dos tempos, já o sujeito poético considerara a apertada competição de uma multidão de togados por uma insignificante espórtula: eram indivíduos que se diziam descendentes de Troianos e ocupavam cargos públicos outrora prestigiados, como o de pretor ou o de tribuno; era um oriental, descendente de escravos, a quem uns quatrocentos mil provenientes de rendas de cinco lojas granjearam o estatuto de *eques*, e que lhes não reconhecia qualquer tipo de primazia; eram magistrados que dela não tinham tanta necessidade quanto os *comites* do sujeito poético que dela pagavam a toga, calçado, o pão e o fogo para se aquecerem; era a fileira de liteiras que se perfilava para recolher o donativo; era a mulher que, convalescente ou grávida, seguia o marido; era quem, para passar à frente dos demais, chamava por uma Gala que pretensamente estava a dormir, mas ao cabo se não encontrava na liteira vazia e cerrada.

Razões de queixa dos ricos e inseguranças relativamente às exigências do público romano, se o sujeito poético de Marcial respetivamente as tinha e manifestava,²² de igual sorte se encontram na sátira de Juvenal, embora

²² Ao dirigir-se ao livro, escreve, com efeito, o sujeito poético de Marcial 1.3.3: *Nescis, heu, nescis dominae fastidia Romae: / crede Mihi, nimium Martia turba sapit*. “Desconheces, pobre de ti, os desdêns da Roma soberana: / acredita em mim, a turba de Marte tem um paladar assaz difícil.” (Versão latina de Shackleton Bailey 1990 15, trad. de J. L. Brandão em Pimentel *et al* 2000 51.) Ora é Cândido quem, apesar das promessas de apoio se a desgraça se abater sobre o sujeito poético, com este não partilhará os bens se um deus o beneficiar (2.24); ora é Sexto, um usurário, que, para se esquivar a solicitações do sujeito poético, murmura, de forma audível para este, as suas próprias dívidas, e não deseja a amizade do referido sujeito poético, mas por este ser cortejado (2.44, 2.55); ora são os amigos ricos que se encolerizam para não terem de ser generosos (3.37 e 12.13); ora é Telesino que se julga generoso por emprestar, em vez de dar, e, ao cabo, só está interessado no campo de Marcial (3.41 e 12.25); ora é Póstumo que, depois de ter enriquecido, se esqueceu do sujeito poético (4.40); ora é Marco que, em contraste com Orestes e Pílades, só proporciona a Marcial o que para si próprio não tem utilidade (6.11); ora é Febo que demora dez dias a responder a um pedido de Marcial de dez sestércios (6.20); ora é Bâcara cujas manifestações de disponibilidade para ajudar Marcial se não traduzem em apoio concreto (7.92); ora é a amargura de Atenágoras que o faz esquecer de enviar presentes ao

muitas de natureza diversa: se, em 1.95-98, lamentara a instância de enunciação o apertado controlo exercido pelos patronos na distribuição de minguada espórtula, a fim de evitarem que alguém se fizesse passar por quem não era, já, em 7.23-35, adverte Telesino de que o melhor será queimar as folhas de pergaminho e quebrar a pena, pois um rico avarento não sabe apreciar senão o talento, e, transcorrida a idade de suportar mares, elmos ou enxadas, atinge uma velhice que se renega a si mesma e a Terpsícore; em 36-38, de que, para lhe não dar nada, o próprio patrono se porá a fazer versos, com veleidades de rivalizar com Homero; em 35-44, das técnicas usadas pelo patrono para sabotar os recitais do cliente, nomeadamente a cedência de um espaço sem condições, com paredes manchadas de humidade, gonzos de portas a ranger e ruidosos libertos nas últimas filas; em 45-47, de que patrono algum o reembolsará dos gastos com assentos, com estrados construídos sobre madeiros de aluguer, ou com as cadeiras de uma orquestra. Em 1.128-146, havia a instância de enunciação descrito um programa que se iniciava com a *salutatio* matinal, continuava com um passeio de patronos e clientes pelo foro, e, em vez de terminar com o aguardado convite dos primeiros aos segundos para jantar, resultava na desistência e no abandono, por parte dos clientes, dos átrios, sem dinheiro para as couves e o fogo, enquanto em baixelas elegantes, grandes e muito antigas, se banquetevavam os patronos com o que de mais requintado existia no mar e nos montes, e, devorados os patrimónios numa só mesa, depressa se transformavam em parasitas, ou, consumidos javalis inteiros e pavões, eram vítimas de indigestão, que também poderia decorrer do banho que tomavam a seguir ao jantar (cf. Pérsio 3.98-106, e Celso 2.17.2). Em Juvenal 7.74-78, é Numitor quem, qual Lupo de Marcial 9.2, apesar de nada ter para dar a um amigo, oferece presentes a uma mulher, neste caso Quintila, e compra um leão que com carne terá de alimentar.

Numa espécie de balanço, poetas como Rubreno Lapa, cujo *Atreu* obriga a empenhar as tigelas e o manto (7.71-73), ou Serrano e Saleio Basso, a quem mais não resta do que uma grande glória (80-81), ou o próprio Estácio, cujo sucesso de umas leituras públicas da *Thebais* não obstam a que, para saciar a fome, tenha de vender ao cantor Páris as primícias da sua *Agave* (82-87), são postos ao lado de um Horácio, que só depois de bem jantar é que grita “Evohé!” (62; cf. *Carm.* 2.19.5 e 7), ou de um Virgílio, cuja Fúria, se o poeta não tivesse um pequeno escravo e uma morada condigna, teria perdido todas

sujeito poético e, deste modo, lhe causa igual amargor (8.41); ora é Postumiano, cujos presentes vão emagrecendo com o passar dos anos (8.71); ora é o sujeito que não vem a Roma para não ter de beber a zurrapa que para lá envia (10.36); ora é Cota que bebe os melhores vinhos e ao sujeito poético oferece os piores, embora com a possibilidade de serem servidos em taças de ouro (10.49); ora é Labulo cujos presentes não fazem dele mais do que o melhor dos avaros (12.36).

as serpentes da coma e cuja tuba teria emudecido (69-71).

Em Lucílio e, como se viu, Horácio, pressentia-se a resposta dos respetivos patronos, traduzida em amizade e generosidade, e, simultaneamente, liam-se manifestações, por parte dos sujeitos poéticos, de emancipação e independência relativamente ao poder político e a modelos consagrados. O sujeito poético de Marcial também reflete o bom acolhimento que a sua pessoa e a sua poesia encontraram junto de determinados amigos, bem como a concessão por Domiciano do *ius trium liberorum* (2.91.5). Enquanto a instância de enunciação do poeta de BÍlbilis alude aos dotes oratórios do amigo Juvenal (*facundo* 7.91.1) e o descreve como um hético *cliens* que, em 101 d.C., vagueava pela barulhenta Subura e pela colina de Diana, suave a toga pelas soleiras dos poderosos e errava no Célio maior e no menor (12.18.1-6) – não dedicou a de Juvenal as suas palavras a qualquer patrono, e deu a entender que tinha onde ficar na Aquino natal (3.319) e, cerca de vinte anos depois do testemunho de Marcial, casa na capital do Império (11.171 e 11.190), que parece ter sido uma herança familiar, com muitos criados (12.83-90), e uma propriedade no Tíbur (11.65), que abastecia de escravos a casa romana (11.151ss.).²³

Mas, além de o passo apenas ecoar a esperança do sujeito poético no apoio do imperador e de se não vislumbrar qualquer vestígio de uma resposta mais palpável de Adriano a estas solicitações, não se pode deixar de notar uma certa diferença – que se não aproxima sequer de incompatibilidade – entre o retrato que Marcial faz de Juvenal, que põe em relevo as dificuldades do satírico e leva Courtney a reiterar a pobreza do poeta, e Socas a descrevê-lo como *inquilinus* em Roma,²⁴ e o que o sujeito poético, apesar das razões de queixa da Subura (Juvenal 3.5), sugere sobre si próprio, e, apesar de tudo, leva Braund a admitir a possibilidade de ele ser “of relatively high social status, like Lucilius and Persius”²⁵ e, nessa medida, a distanciá-lo de alguns colegas de profissão que, de acordo com a sátira analisada, viviam com maiores dificuldades.²⁶

Os objetos imitados

Antes de, na esteira de Platão, refletir sobre a importância do modo de imitação na distinção das diversas artes (*Po.* 3.1448a19-24), referiu o Estagirita a dos meios e dos objetos imitados na discriminação das diferentes espécies literárias (1.1447a16-18), e, ao considerar posteriormente e mais de espaço o último critério, acabou por apresentar ψόγους como exemplo de modalidade cultivada por autores mais vulgares, que imitaram ações de homens

²³ Courtney 1980 9, Socas 1996 9-10, Braund 1996 15-16.

²⁴ Courtney 1980 3 e 9, e Socas 1996 10.

²⁵ Braund 1996 16.

²⁶ Else 1967 135 e 140, Lucas 1968 75 ad 48b27.

vis (4.1448b25-27). Else traduz a forma por ‘invectives’ e, em comentário, observa que “no longer designates the first low-class poems, but the primitive matrix out of which they came: ‘flyting,’ Fescennine verses, σκώμματα ἐκ τῶν ἀμαξῶν, Demeter festivals (Ἰάμβη), etc., etc.”, mas Lucas não é tão específico e cuida tratar-se de “songs or poems of abuse”²⁷.

Em comentário à *Fescennina*... *licentia* horaciana de *Ep.* 2.1.145, admitiu Rudd a possibilidade de a palavra se relacionar com a cidade etrusca de *Fescennium* (cf. Sérvio in *Aen.* 7.695, e Porfírio) ou, na designação de Plínio, *Nat.* 3.52, *Fescennia*; ou, em alternativa, com o *fascinum*, ora na aceção de ‘fascínio’ e ‘mau-olhado’ que por meio de versos se lançava às pessoas, ora, conforme se depreende da relação que Aristóteles, em *Po.* 4.1449^a4, estabelece entre os ἰάμβοι, os cantos fálicos e a comédia, na de emblema fálico que se usava em volta do pescoço para proteção contra o mau-olhado.²⁸

Quer se trate de injúrias soltas sob a forma de versos ou simples gracejos, quer se aluda a canções ou poemas de crítica, importa notar a presença da invetiva enquanto denominador comum à comédia, que justifica, na tripartida perspectiva aristotélica, o tratamento por parte de ambas as espécies de pessoas inferiores ao comum dos mortais. Embora Sousa tenha traduzido a forma por “sátiras”, não se deve confundir a espécie em apreço com a sátira latina que, no dizer de Quintiliano, *Inst.* 10.1.9, era toda romana (*tota nostra est*) e etimologicamente se relacionava com o feminino do adjetivo *satur* ‘cheio’, que, por sua vez, se empregava para caracterizar uma *lanx* repleta de uma grande variedade de primícias que se ofereciam à divindade.

Quer isto dizer que, tão importante quanto a invetiva que presidia também à Comédia Antiga, era, no referido género e na sátira latina, uma polifonia - para utilizar terminologia Bakhtiniana - que misturava géneros no propósito de, em contraste com a condensação aristotélica do ser humano em uma ou duas emoções como o riso ou o temor e a compaixão, revelar o homem em toda a sua complexidade. Da conjugação da distinção aristotélica entre História e ficção com a paródia que na *Diui Claudii Apocolocyntosis* se faz dos proémios das obras historiográficas, ou com a frase *res uera agitur*, de Juvenal 4.34, a propósito de uma reunião do senado por causa de um rodovalho, depreende-se que, apesar de “extramural” e, por conseguinte, contrastante com a “intramural” paródia, não coincide o objeto da sátira com o da historiografia. Mas quando o narrador das *Verae Historiae* de Luciano diz que, ao contrário de Ulisses que só contara patranhas sob aparência de verdades, tudo quanto vai dizer é mentira, parece querer deixar-nos a impressão de Que nos seus *dialogi* nem tudo é convenção estética.

²⁷ Else 1967 135 e 140, Lucas 1968 75 ad 48b27.

²⁸ Rudd 1989 99.

Se é precisamente algures, no espaço que fica entre estes dois extremos, que se deve situar tanto o terenciano *humani nil alienum puto* (Hau. 77) quanto o *hominem pagina nostra sapit* de Marcial 10.4.10, já no tocante ao manifesto programático de Juvenal (1.79-89) maiores dúvidas se têm levantado.

*Si natura negat, facit indignatio uersum
qualemcumque potest, quales ego uel Cluuienus.
Ex quo Deucalion nimbis tollentibus aequor
nauigio montem ascendit sortesque poposcit
paulatimque anima caluerunt mollia saxa
et maribus nudas ostendit Pyrrha puellas,
quidquid agunt homines, uotum, timor, ira, uoluptas,
gaudia, discursus, nostri farrago libelli est.
Et quando uberius uitiorum copia? Quando
maior auaritia patuit sinus? Alea quando
hos animos?*

“Se a natureza se recusa, faz a indignação os versos, conforme puder, conforme os faço eu ou Cluuieno. Desde que Deucalião, ao levantar nuvens o mar, de barco subiu a um monte e consultou os oráculos e aos poucos se foram do sopro vital aquecendo amolecidas pedras e aos varões mostrou Pirra nuas virgens, tudo quanto têm feito os homens – votos, temor, cólera, volúpia, alegrias, andanças – é forragem para o nosso livrinho. E quando foi mais fecunda a abundância de vícios? Quando se mostrou mais aberto o bolso da cupidez? Os dados, quando dominaram tanto estes ânimos?”

Depois de ter desvalorizado o depoimento de Varrão, *R.* 1.31.4-5, que definia a forragem (*ocinum farraginem*) como uma mistura de cevada, ervilhacas e outras leguminosas ainda verdes da pastagem (*sata admixta hordeum et uicia et legumina pabuli causa uiride*), e de Festo, p. 91 M., que a dizia feita *ex pluribus satis*, aduziu Powell a ocorrência do termo em Pérsio 5.77, com valor semelhante ao de *pabulum*, para demonstrar que “any idea of mixture or hotchpotch seems very subordinate” e que, neste contexto e na maior parte daqueles em que aparecia, a palavra mais não significava do que ‘fodder’ no sentido restrito de “food for animals”.²⁹ Embora se possa admitir a possibilidade de a forragem ser maioritariamente composta por uma determinada espécie de cereal, a ausência de escolha no momento de a preparar possibilita a entrada de outras plantas na composição do referido alimento animal.

²⁹ Powell 1987 255.

A interpretação de Powell é, no entanto, a que melhor se coaduna com a ideia posterior e convincentemente demonstrada de que o alvo do sujeito poético de Juvenal não é todo o passado, nem, ao cabo, as personagens do passado referidas em 170-1, mas apenas determinados aspetos do comportamento humano que no presente assumem maiores proporções, nomeadamente o vício (87-9) que, de acordo com 79-80 e em caso de incapacidade do engenho e da arte do poeta, provocará uma indignação criadora de versos, e, segundo 147-9, não será maior no futuro do que no presente.³⁰

Embora a reflexão de Powell vá ao encontro do que antes se disse sobre o alvo da historiografia e o da sátira, a verdade é que, em edição crítica da referida composição, continuou Braund a ver em *farrago* “a sophisticated allusion to the etymological derivation of the word *satura* itself: just as *farrago* is literally ‘mixed fodder’, so *satura* is probably originally mixed first fruits offered to a deity....”³¹

É certo que o passo de Juvenal admite a possibilidade de a *indignatio* se sobrepor à *natura* na elaboração dos versos; que com perspicácia observou Braund que, em 84 (*maribus nudas ostendit Pyrrha puellas*), se distancia o sujeito poético do registo épico ao retratar Pirra “as a madam of a brothel, displaying her girls to customers”³²; que o *timor*, a *ira* e a *uoluptas* eram sobretudo encaradas como paixões; que, conforme sustentam Courtney e Braund, *discursus* pode ocorrer na acepção de ‘aimless’ ou ‘futile activity’; e que as interrogativas retóricas finais realçam a invulgar dimensão, na época do sujeito poético, do vício em geral, e, em particular, da avareza e do jogo – mas, além de o conceito de *uotum* poder ocorrer no âmbito da verdadeira e sentida *deuotio*, e de *gaudium* se registar, na literatura latina anterior, ora em sentido depreciativo e popular (cf. Séneca, *Dial.* 10.17.3, *Ep.* 23.5, 59.2-3 e 14-18, 98.1), ora como resultado da virtude (Séneca, *Ep.* 27.3-4, 71.5, 74.29, 81.21), da nobre conduta (Séneca, *Ep.* 76.28), da sabedoria (*Ep.* 59.14 e 16, 72.4 e 8-9, *Dial.* 2.9.3, 7.4.4), da descoberta da verdade (Séneca, *Dial.* 7.4.5) e da vitória sobre medos e prazeres (Séneca, *Dial.* 7.3.4), importa não esquecer os casos em que Juvenal faz contrapontos positivos aos vícios que refere. Quer isto dizer que a melhor solução é a que passa por um compromisso entre o reconhecimento do predomínio da dimensão crítica e a presença quer de uma recordação explícita dos bons exemplos do passado, quer de uma implícita subjacente, p. ex., a processos paródicos.

O passo juvenalesco ainda insinua, por um lado, uma mistura de *affectus* que o sujeito poético sugere inerentes à condição humana (temor, cólera, volúpia

³⁰ Powell 1987 255.

³¹ Braund 1996 96.

³² Braund 1996 95.

e cupidez), com velhas práticas que os podem traduzir, como a prostituição sugerida pela fraseologia, eventualmente certo tipo de votos, andanças e o jogo, e com o que são suscetíveis de proporcionar (alegrias enganadoras), e, por outro, o recurso a um critério quantitativo e diacronicamente comparativo, já referido por Powell, para justificar a *indignatio* do sujeito poético.

Em comentário aos versos de Juvenal citados, notou Courtney que, como em 15.30, faz o sujeito poético remontar a Pirra o início da humanidade e, com Propércio 2.32.53-4, da corrupção moral,³³ mas, ao indagar da antiguidade da mulher enquanto motivo cómico e satírico, não deixou M. F. Silva de recordar Hesíodo, *Tb.* 600-612 e *Op.* 57-82, onde Pandora aparecia como um presente envenenado concedido por Zeus ao homem; Arquíloco, que se situava na mesma linha; Semónides de Amorgos, que, no fr. 7 West, catalogava os vícios femininos; o cómico Susáron (fr. 1 K) e, entre outros passos de Aristófanes, *Lys.* 1039, onde a mulher aparecia como um mal necessário.³⁴ Na Comédia Antiga, três eram, segundo a referida investigadora, as principais críticas dirigidas ao género feminino: o excessivo gosto por bebida, a prática de trair os maridos e uma incansável loquacidade. Mas quando se considera a presença dos referidos tópicos na obra de Juvenal, facilmente se percebe que não caracterizam apenas o comportamento das mulheres, mas além de poderem ocorrer de forma superlativada nos homens, muitas vezes adquirem nestes uma dimensão pública e política que se não encontra na invetiva dirigida ao género feminino.

O primeiro dos referidos vícios, intimamente associado à luxúria e à depravação e filtrado pela tradição retórica e pela elegíaca, ocorre como justificação para o segundo na mulher a quem o vinho não permite a distinção entre um membro e uma mente, isto é, na que, por entre uma e outra ostra, tanto se entrega à *fellatio* como conversa com algum amante; em Maura, que, além de constituir um exemplo do caso anterior, ainda para com a irmã, durante a noite, junto do altar da Vergonha para nele urinar (6.301-313); em Saufeia e Medulina que, a desdizerem das respetivas estirpes, competem, por uma coroa, com dançarinas profissionais, e, excitadas pelo vinho e enquanto ménades de Priapo, aproveitam os mistérios da Boa Deusa para traírem os maridos com amantes expressamente chamados para o efeito, e, em caso de indisponibilidade destes ou de escravos, um aguadeiro, ou, dada a falta de homens e em derradeiro recurso, com asnos (6.314-334; v., sobre a ocasião considerada, Ovídio, *Ars* 3.637-8). Sôfrega é ainda a sede da mulher que, além de punir severamente quantos lhe imploram piedade, nomeadamente o dono

³³ Courtney 1980 102. V. ainda as afinidades entre a paródia do registo épico em Horácio, S. 2.1.13-15, e Juvenal 1.52-4 e 81-4.

³⁴ Silva 1991 209-10.

do cão que a perturbara e o próprio animal, e de se entregar a massagens noturnas, enquanto os convivas, à espera, morrem de fome e de sede, chega à mesa com vontade de beber o enóforo que encerra o conteúdo de uma urna cheia e do qual retira um pouco para lhe abrir o apetite e lhe limpar o estômago, e passa a refeição a comer, a beber e a vomitar (6.413-433).

De igual sorte, se, na referência do sujeito poético a patronos que devoram verdadeiras fortunas à mesa (1.132-146), não será difícil imaginar a presença e o consumo abundantes de vinho, aparece a referida suspeita confirmada em 5.24-79, onde se considera a diferença de qualidade de recipientes usados e de vinhos bebidos por senhor e cliente, e mais especificamente em 5.5.49, onde o estômago do patrono aparece a ferver em vinho e comida.

Quanto ao adultério, decorrente da falta de pudor e igualmente considerado por elegíacos e retóricos, tanto o comete Cíntia, que serve de inspiração ao sujeito poético de Propércio (6.7), ou Lésbia, que inspira o de Catulo (6.7-8), ou Hibernia, que se não satisfaz com um só homem (6.53-56); como o deseja Túcia, que perde a razão com os meneios de Batilo a representar Leda (6.63-64), Apula, que pelo referido ator suspira, Tímele, que lhe presta silenciosa e religiosa atenção (6.65-66); por ele aspiram as que, entre os jogos megalenses e os plebeus, desejam brincar com a máscara, o tirso e as cuecas de Ácio (6.67-70); Élia que, apesar de pobre, está apaixonada pelo comediante Úrbico (6.71-73); arruína a voz de Crisógono (6.73-74); é sugerido pelo regozijo de Hispula com um ator trágico (6.74-75); leva Épia a abandonar o marido, um senador, para seguir um gladiador decrépito (6.60-113); Censénia a precaver-se com dote de um milhão de sestércios, para garantir uma liberdade que, diante do marido, lhe permite comunicar com outros por sinais e responder a bilhetes (6.136-141); é cometido pela mulher que, consciente do incondicional amor do marido, se comporta como uma tirana que ainda se encanta com um velho amigo do primeiro, impõe ao consorte a inclusão de um rival no testamento, e passa o tempo em partidas para aventuras amorosas e desencantados regressos à segurança do lar (6.214-230); pela mulher a quem a mãe ensina a responder docemente aos bilhetes de um sedutor e cuja mãe se encarrega de ludibriar os guardas ou com dinheiro os corromper, e, por meio de simulação de doença, cria condições para que o amante da filha se retire discretamente (6.233-241); pela que, para ocultar a culpa de bilhetes e cartas clandestinas e de qualquer relação extraconjugal com algum escravo ou cavaleiro, simula ciúme e recrimina o marido porque supostamente a trai com algum rapaz ou alguma amante (6.268-285); pela que a efeminados *cunnilingi* permite as maiores extravagâncias e trata da forma mais requintada, por eles suspira constantemente, segue seus conselhos e com eles trai o marido (6.365; cf. Marcial 12.38); pela que se envolve com eunuocos (6.366-378; cf. Marcial 6.2.6 e 6.67); pela que prefere cantores, e, mais concretamente, pela dos Lâmias e

da casa de Ápio que com pão e vinho consulta Jano e Vesta para saber se pode Polião esperar de sua cítara a vitória no concurso capitolino (6.379-397); pela mulher rica, que usa colar de esmeraldas, grandes argolas às orelhas, cuja cara aparece inchada com uma película de miolo de pão, ou exala o odor da pomada Popeia, cuja pegajosa pele recebe os beijos do marido e só se lava para o amante, que aos amantes seduz com essências provenientes da Índia, se banha em leite de burra, e cujo rosto, com todos aqueles ingredientes e cataplasmas de farinha húmida, mais parece uma úlcera (6.456-473); pela que, se o marido lhe vira as costas de noite, castiga a administradora; se o cabeleireiro despe a bata, castiga o laçao por ter chegado atrasado; distribui férulas, açoites e correias pelos serviçais; contrata verdugos a soldo; se pinta, escuta as amigas, examina a borda de ouro de um vestido bordado, relê de soslaio as linhas de um diário, enquanto alguém é castigado até faltarem as forças ao algoz; castiga a pobre Psécade se um cabelo frisado fica mais alto, tem ainda outra escrava para lhe tratar do cabelo e várias para lhe darem as respetivas opiniões; vista por trás, parece outra, e, pela frente, uma Andrómaca; vive como se mais não fosse do que vizinha do seu marido cujos amigos e escravos lhe merecem desprezo e ódio e é um grande peso no orçamento do último (6.474-511); pela mulher que por promessas de ternos amantes consulta um arúspice da Arménia ou de Comagena (6.548-550); pela que, qual Tanaquil, consulta o astrólogo caldeu para saber se mais há-de seu amante viver do que ela (6.565-568); e eventualmente pela que, com longo colar, indaga diante de palcos ou da colunata de golfinhos, se, abandonado o estalajadeiro, dará a sua mão a um vendedor de capotes (6.590-591).

Se, em 1.77-78, contara a instância de enunciação, entre os motivos de indignação, a nora gananciosa que se deixara seduzir pelo sogro, e a noiva infiel; e se, em 2.36-63, justificara Larónia, com o silêncio de uma jovem esposa e o envolvimento com um liberto numa espécie de *ménage à trois*, o facto de Histro ter passado a vida a oferecer, à cónjuge, pedras preciosas, e deixado um testamento repleto do nome do favorito – em 6.42, é o desejo de um *moechorum notissimus*, Ursídio, de encontrar uma mulher de costumes antigos para contrair matrimónio, que torna o sujeito poético ainda mais pessimista relativamente ao casamento enquanto instituição.

No tocante ao tema da loquacidade excessiva das mulheres, convém, desde já, enquadrar, no âmbito de uma discussão assaz antiga sobre a incompatibilidade entre a cultura grega e as ideias políticas e morais dos Romanos, o tratamento específico que o sujeito poético juvenalesco lhe dá. Em contraste com a Lucrécia descrita p. ex. em Tito Lívio 57.1-60.4, ou com a Cláudia de Bücheler, *Carmina Epigraphica* 52, era Semprónia, de acordo com o narrador salustiano (*Cat.* 25), «instruída em letras gregas e latinas, <sabia> tocar e dançar de forma mais elegante do que convém a uma mulher

honestas, e muitas outras coisas que estão ao serviço da ostentação» (*litteris Graecis Latinis docta, psallere [et] saltare elegantius quam necesse est probae, multa alia, quae instrumenta luxuriae sunt*). De igual sorte, critica a instância de enunciação juvenalesca a mulher que se não julga bela se, nascida na Toscana, se não comportar como grega, ou se, de Sulmona, se não fizer uma autêntica ateniense; a mania do grego nas jovens e – vergonha das vergonhas – na mulher de oitenta e seis anos, e até nos momentos mais íntimos (6.184-199); a mulher que, à mesa, cita Virgílio, se compadece de Dido na hora da morte, faz comparações entre Virgílio e Homero, vence retóricos e professores, não deixa falar público, advogados, pregoeiros ou qualquer outra mulher, se pronuncia de forma tão estridente que mais parece o bater de bacias e sinetas, e dispensa trombetas e bronzes para espantar o animal que nos eclipses róia a lua, a mesma que se dá ares de ciência e eloquência, domina vários tipos de registo ou estilos, introduz na frase redonda tortuosos entimemas, conhece todo o tipo de argumentos e, com profundidade, a gramática de Palémon, observa sempre as regras e a norma linguísticas, aprecia o antigo, sabe versos que o sujeito poético desconhece, corrige os lapsos gramaticais das amigas, e, segundo o sujeito poético, devia ser obrigada a arregaçar a túnica até meio da perna, matar um porco em honra de Silvano, tomar banho por um quarto de asse e suportar um marido que só dissesse barbarismos (6.434-455).

Embora a informação veiculada pelo narrador da *Carta guia de casados* (1651 f. 82 rosto), de D. Francisco Manuel de Melo – de que tinha ouvido «a hum chapado recoveiro [...], que Deos o guardasse de mula que faz him, e de mulher que sabe latim»³⁵ –, não ateste apenas a grande fortuna do tópico em análise mas também a de Juvenal 6, a verdade é que, conforme se depreende p. ex. de Séneca, *Apoc.* 1.5.2-4, a obsessão com o grego era extensiva ao género masculino, mais propriamente ao imperador Cláudio.³⁶ Mas a referida vertente

³⁵ Sobre o conhecimento que Luísa Sigeia, precetora da infanta D. Maria (filha de D. Manuel) e Joana Vaz tinham do latim, e acerca de outras variantes do provérbio, v. Conceição Flores 2010 21.

³⁶ E se o imperador falava grego de forma ininteligível, não era seguramente em obediência a qualquer imperativo do tipo do que posteriormente haveríamos de encontrar em Eça de Queirós, mais propriamente em *A correspondência de Fradique Mendes*, 130-1: “Um homem só deve falar, com impecável segurança e pureza, a língua da sua terra: – todas as outras as deve falar mal, orgulhosamente mal, com aquele acento chato e falso que denuncia logo o estrangeiro. Na língua verdadeiramente reside a nacionalidade; – e quem for possuindo com crescente perfeição os idiomas da Europa vai gradualmente sofrendo uma desnacionalização. Não há já para ele o especial e exclusivo encanto da *fala materna* com as suas influências afetivas, que o envolvem, o isolam das outras raças; e o cosmopolitismo do verbo irremediavelmente lhe dá o cosmopolitismo do carácter. Por isso o poliglota nunca é patriota. Com cada idioma alheio que assimila introduzem-se-lhe no organismo moral modos alheios de pensar, modos alheios de sentir. O seu patriotismo desaparece, diluído em estrangeirismo [...] Por outro lado, o esforço contínuo de um homem para se exprimir, com genuína e exata propriedade de construção e de

da loquacidade, que a instância de enunciação diz característica do género feminino e decorrente da influência grega, acaba por se revelar relativamente inofensiva quando comparada com os demais recursos linguísticos de que se serviram os Gregos para conquistarem os Romanos.

Depois de afirmar que não sabe mentir, não é capaz de louvar e comprar um mau livro, nada percebe dos movimentos dos astros, não quer nem pode anunciar a morte de um pai e, entre outras atividades indignas, jamais inspecionou as vísceras de rãs (3.41-45), sustenta Umbrício que Roma é a cidade que mais agrada aos ricos dos quais, qual Eneias de Virgílio, *A.* 1.2, foge (*quos praecipue fugam*, 3.59), e declara: (3.60-61): *Non possum ferre, Quirites, / graecam urbem; quamuis quota portio faecis Achaei?* «Não posso suportar, Quirites, / uma Roma grega. De facto, que porção desta escória são os Aqueus?»

E dos Aqueus ainda realça a instância de enunciação, em toada irónica e desencantada, uma superioridade que, entre outras manifestações, se traduz em inteligência viva, ousadia desenfreada, eloquência volúvel e mais torrencial que a de Iseu, um retórico do norte da Síria (3.73-74); na capacidade de louvar a eloquência de um inculto, a cara de um amigo feio; de, à cerviz de Hércules, quando apartara Anteu da terra, comparar o colo descarnado de um indivíduo débil; de admirar uma voz que, em estridência, nem a do galo quando debica a galinha consegue exceder; de, em semelhantes lisonjas, ser bem mais convincente do que os Romanos; de interpretar como ninguém uma Taide, uma esposa, uma Dóris sem qualquer mantinho grego, e, ao cabo, qualquer papel feminino (3.86-97); de, em contraste com a reação normal de qualquer pessoa educada (cf. Cícero, *Fam.* 9.22.5, Marcial 12.40.3, Suetónio, *Cl.* 32), bater palmas e felicitar um amigo que bem arrotara, que com força urinara, e cujo bacio de ouro dera um traque quando se virara (3.104-108);³⁷ de, como Públio Egnácio Célere fizera a seu patrono e aluno Bárea Sorano, recorrer à delação e à intriga, que fazem parte do seu código genético, para trair amizades (3.116-125; cf. Tácito, *Ann.* 16.32 e *Hist.* 4.40).

acento, em idiomas estranhos – isto é, o esforço para se confundir com gentes estranhas no que elas têm de essencialmente característico, o verbo – apaga nele toda a individualidade nativa. Ao fim de anos esse habilidoso, que chegou a falar absolutamente bem outras línguas além da sua, perdeu toda a originalidade de espírito – porque as suas ideias forçosamente devem ter a natureza incaracterística e neutra adaptadas às línguas mais opostas em carácter e génio. Devem, de facto, ser como aqueles «corpos de pobre», de que tão tristemente fala o povo – «que cabem bem na roupa de toda a gente». Além disso, o propósito de pronunciar com perfeição línguas estrangeiras constitui uma lamentável sabujice para com o estrangeiro. Há aí, diante dele, como o desejo servil de *não sermos nós mesmos*, de nos fundirmos nele, no que ele tem de mais seu, de mais próprio, o vocábulo. Ora isto é uma abdicação da dignidade nacional. Não, minha Senhora! Falemos nobremente mal, patrioticamente mal, as línguas dos outros!” O passo aparece comentado em Carlos Reis 2010 4.

³⁷ Sigo a interpretação de Braund 1996 193.

A adulação e a delação não aparecem explicitamente ligadas ao comportamento feminino, mas se a revelação de segredos e a difamação, intimamente associadas à segunda das referidas práticas linguísticas, são, de acordo com 9.112-117, características dos escravos que, desta forma e ébrios, se vingam dos golpes de correia ordenados ou ministrados pelos senhores, já, em 1.33-36, depois de se ter interrogado sobre quem poderia suportar tão perversa cidade (*quis iniquae / tam patiens urbis*, 1.30-31), havia a instância de enunciação justificado a sua indignação com uma liteira cheia do causídico Máton e com o delator que o seguia, era temido por Massa e adulado por Caro e Latino, e estava prontinho a rapinar o que restava de uma nobreza já bem roída (*cito rapturus de nobilitate comesa / quod superest*, 1.34-35).

Com base na hipertextualidade em geral e, em particular, no registo paródico, demonstrou recentemente Baines que, em Juvenal 3 e especialmente em 278-301, Umbrício aparece representado como um novo Eneias – o que torna a instância de enunciação um outro Virgílio –, que o *pauper* dos versos referidos é retratado em termos próximos dos de Eneias, Heitor e Príamo – o que faz de Umbrício outro Virgílio –, que o brutamontes do passo juvenalesco tem afinidades com Aquiles, Pirro e Tideu, e que Roma ora aparece como uma nova Troia ora como outra Tebas.³⁸ É, por conseguinte, no âmbito de uma

³⁸ Baines 2003 220-34. A investigadora aduz, entre outros paralelos, a decisão de Umbrício de se retirar para Cumas (3.2), terra onde Dédalo havia caído (Virgílio, *A.* 6.14-19); as afinidades entre *A.* 1.2 e Juvenal 3.59, onde Eneias e Umbrício se dizem respetivamente fugitivos de uma terra invadida por Gregos; Juvenal 3.278-301, onde o *pauper* encontra um brutamontes que é semelhante ao melhor dos Aqueus (Aquiles); as confluências de Juvenal 3.194-9 e 212-14, onde se registam os motivos do incêndio e do pesar pela perda dos bens da casa em chamas, com *A.* 2 e, em especial, 2.311s., onde Ucalegonte aparece como vítima do fogo que consome a sua habitação; a comparação entre a liteira de um rico e uma nau a romper por um mar de gente (Juvenal 3.240-44); o facto de Virgílio, *A.* 2.624-31, e Juvenal 3. 254-6 recorrerem à imagem da árvore, num caso derrubada e no outro a balançar num carro em movimento, para descreverem respetivamente a ruína de Troia e a de Roma; a representação, no acidente da rua, de um esmagamento em termos que fazem lembrar o do mineiro espanhol de Estácio, *Theb.* 6.880-6; os preparativos que, em Juvenal 3.261ss. e Homero, *Il.* 22.442-6, respetivamente fazem os escravos domésticos e Andrómaca para o funeral de uma das vítimas do esmagamento e para Heitor; a sugestão de que uma deslocação pelas ruas de Roma não é menos arriscada do que uma batalha com os Aqueus; a comparação entre a insónia do brutamontes, em Juvenal 3.278-80, e o pesar de Aquiles por Pátroclo em *Il.* 24.9-12; a possibilidade de *petulans* (3.278), que Umbrício usa para caracterizar um brutamontes que não ataca quem se pode defender mas apenas um *pauper* indefeso (3.283ss.), nos remeter para a atitude, a facilidade e a humilhação com que Pirro, um jovem, trespassa um velho como Príamo (*A.* 2. 550-8, cf. Juvenal 10.267-70) que, em *A.* 2.506-11, havia vestido da armadura, ou para o ataque da garganta de Mezêncio à espada de Eneias em *A.* 10.907s. (para a imagem, v. Lucano 7.533s., e Sílio Itálico 16.70s.); a hipótese de *Pelidae* de 3.283ss. se não referir a Aquiles mas a Pirro (cf. Virgílio, *A.* 2.263); a maturidade e a idade avançada de Umbrício (3.26-8 e 124s.) e a ferocidade juvenil do brutamontes (3.282); as semelhanças entre a *coccina laena* (3.283: 'manto de púrpura') do rico que não é incomodado pelo brutamontes, e a *laena* de Eneias, que, segundo o narrador de *A.* 4.262, *Tyrioque ardebat murice*; entre o cortejo que acompanha a pessoa rica em 3.283-5 e o fúnebre de Palante, em *A.* 11.94, com

mobilidade social, onde os ricos que se diziam descendentes dos Troianos, tudo gastavam em comida, bebida e outros vícios trazidos pelos gregos, e onde os estrangeiros, mercê de atividades que os Romanos tinham por indignas e da delação, faziam fortuna e conquistavam poder – que devemos situar, de um lado, com o brutamontes, os patronos e os magistrados anteriormente referidos, que se tornaram clientes; o que reclama responsabilidades militares incompatíveis com a dilapidação do património familiar em estrebarias e com amantes (1.60-61), e, do outro, um barbeiro que fez fortuna; um Crispino, proveniente do odiado Egito, que se permite todos os luxos (1.24-30); o delator que segue Máton; Tibério Júlio Alexandre, de origem judaica, apóstata, prefeito no Egito entre 66 e 70, participante nas campanhas judaicas de Tito em 70 e apoiante de Vespasiano, e que, além de poder urinar nas estátuas, ainda teria sido retratado numa inscrição que conteria os títulos de “Egípcio” e “Arabarca” (1.129-131).

Sustenta ainda Umbrício que os Gregos conjugavam a delação com uma lubricidade que nada tinha na conta de sagrado e, por conseguinte, não poupava mãe de família, filha virgem, noivo imberbe, filho até então intacto, ou, em último recurso, a avó de algum amigo (3.109-112). De igual sorte, apesar de justificar, com a imagem extremamente visual de Mévia, de seios desnudos e venábulo em punho, a caçar javalis, a opção pelo género cultivado por Lucílio (1.22-23); e de criticar, em 6.246-267, a atleta que, como a visada em Marcial 7.67, recorre a grossos mantos de púrpura de Tiro, designados pela forma grega *endromidas*, para se proteger de resfriados nos intervalos, e luta em escolas femininas com ringues de lama (*ceroma*) – não deixa instância de enunciação Juvenalesca de considerar da mais elementar justiça ripostar a fingidos Escauros (2.34-35), e, para ilustrar a sua tomada de posição e eventualmente com a discrepância entre as nove partes de prazer

as tochas (*A.* 11.143s.); o recurso a registo semelhante ao de *A.* 5.808-10, onde Neptuno relata a sua intervenção no sentido de salvar Eneias das mãos de Aquiles, ou aos de *Il.* 334 e 20.97-100 – onde Posídon e Eneias respetivamente reconhecem a superioridade guerreira de Aquiles – para descrever o recontro do *pauper* com o brutamontes; o facto de, como Eneias, perspetivar Umbrício a ascendência dos Gregos em termos de incompatibilidade pessoal (Juvenal 3.104-8); a natureza noturna do episódio entre o *pauper* e o brutamontes e da emboscada dos cinquenta homens de Etéocles a Tideu em Estácio, *Th.* 2.485-95; as perguntas de Aquiles, Palante, Tideu e do brutamontes, respetivamente em *Il.* 21.150, *A.* 8.114, *Theb.* 2.535 e Juvenal 3.292, sobre a origem e identidade dos adversários; a ausência de resposta em Estácio, *Theb.* 2.536s., e Juvenal 3.295-7; o desafio do brutamontes, em Juvenal 3.290, e de Tideu, em *Theb.* 2.547, aos adversários no sentido de os enfrentarem (cf. *A.* 10.308s., 11.282 e 12.887); a ocorrência de *consistere*, na aceção militar de “tomar posição”, em Juvenal 3.296, Virgílio, *A.* 9.788s., e Estácio, *Theb.* 2.583-5; a súplica dos vencidos em Juvenal 3.300 e Estácio, *Theb.* 2.647s.; as afinidades entre a onda de gente que, em Juvenal 3.243-5, impede Umbrício de avançar, e os carros que, em Estácio, *Theb.* 8.348-52, impedem a passagem a soldados apressados, como se, por trás, os puxassem os Dânaos.

experimentadas por Tirésias enquanto mulher e a única como homem (cf. dupla referência ao mito: em 6.253-254 e 13.249) em mente, dá voz a Larónia que, em resposta a um efeminado que a criticara por se dedicar à prostituição, nota o odor a opobálsamo que do colo de seu detrator se desprende e indicia os beijos de um jovem; invoca a lei Escantínia, de 226 e reforçada por Domiciano, que punia o *stuprum* de menores do sexo masculino e de condição livre; e – em contraste com a cumplicidade de efeminados, a quantidade de homens que trabalham a lã, em cestas cardadas transportam velos, se revelam mais destros que Penélope a usar a roca, que Aracne a tecer, e não ficam atrás da concubina que, sentada num tronco, se vê obrigada a fiar – sustenta que, entre as mulheres, não há caso algum de lesbianismo, que poucas são as que combatem, ou comem as almôndegas de carne que fazem parte da dieta de atletas (2.47-53). Depois de invetivar as mulheres que se dedicam a desportos geralmente praticados por homens e de recordar o testemunho de Tirésias, não deixa, de resto, a instância de enunciação de concluir, em 6.253-4, que, apesar de tudo, não desejam as referidas atletas abdicar da condição de mulher.

Apesar de uma intemporalidade subjacente ao manifesto poético transcrito, que, conforme se viu, de outro critério se não socorre que não seja o quantitativo para discriminar, dos vícios passados e futuros, os do presente; e de uma universalidade que, no tocante a grande parte dos vícios femininos considerados em Juvenal 6, não distingue, das cidades provinciais, a de Roma (cf. 6.1-59), não deixa a instância de enunciação de balizar a composição com os vícios e crimes de duas mulheres que deixaram marcas no Estado romano e na política imperial: depois de recordar, logo a seguir à secção introdutória de Juvenal 6 e de forma assaz pormenorizada, a entrega de Messalina à prostituição sob o *falsum nomen* de Licisca ‘filha de cadela e lobo ou de loba e cão’, e a exibição, no prostíbulo, do ventre que carregou Britânico, pergunta-se retoricamente a instância de enunciação se falará da carúncula negra da testa dos poldros – que era usada na sedução amorosa –, das fórmulas mágicas, do veneno que se prepara para o filho de um primeiro casamento (6.114-135). Para completar a estrutura circular da composição, dedica a instância de enunciação alguns versos às que, com filtros mágicos, enlouquecem os maridos (6.610-625), às que, como Medeia, Procne e Pôncia, envenenam os filhos, e às que, quais Danaides, Erifile ou Agripina, preparam ou dão a morte aos respetivos cônjuges (6.626-661). Importa, no entanto, notar que tanto aqui como em 1.69-72 se não verifica qualquer referência nominal a Agripina, mas apenas um alusão à rã usada por Locusta para envenenar Cláudio.

Dos comportamentos femininos considerados em Juvenal 6, o envenenamento é, de longe, o mais grave, mas, quando os vícios são comuns aos Romanos das mais diversas condições sociais, adquirem, quando praticados

pelo imperador ou por pessoas que lhe estão próximas, uma dimensão mais universal, porquanto refletem o falhanço da missão civilizadora da urbe.

Embora as *Eclogae*, as *Georgica* e a *Aeneis* de Virgílio, e os *Carmina* de Horácio propagandassem o regresso à austeridade e à frugalidade associadas ao tradicional minifúndio, não deixava Augusto, nos longos intervalos entre esporádicas e momentâneas recaídas republicanas, de diligenciar no sentido de revestir de mármore a Roma de tijolo que recebera, exposta, como se encontrava, a inundações e incêndios (Suetônio, *Aug.* 28).

Entre os motivos aduzidos por Umbrício para deixar Roma continuam a contar-se os incêndios e as derrocadas de telhados (3.6-8), que coexistem com mármore importados que não deixam sentir a presença da divindade nas águas do bosque de Egéria, e constituem uma ofensa à pedra esponjosa e vulcânica nativa (3.17-20). A saudosa recordação dos sãos costumes dos antepassados, que se regista na sátira menipeia desde pelo menos Varrão [*Bimarcus*, frg. XXV, 69 (63) Cèbe], coexiste com a paródia dos exageros dos *laudatores temporum actorum* (cf. Petrónio 44).

Além de ter cometido adultério e incesto com a sua sobrinha, Júlia, a quem obrigou a abortar, e de ter reforçado, enquanto *ensor perpetuus* (84 d.C.), a legislação augustana contra a primeira das referidas práticas (2.29-33), convocou Domiciano uma reunião do senado para decidir o que fazer com um rodovalho que não cabia em prato ou bandeja alguma das existentes no palácio. Quando se consideram as pessoas que faziam parte do conselho de Domiciano, o que se nota é que eram representantes, se não de todos, pelo menos de muitos dos vícios até aqui considerados, ou vítimas desses mesmos vícios: Víbio Prisco, bom conselheiro que nunca tinha conseguido falar livremente; Acílio Glabrião, que haveria de ver seu filho combater na arena e condenado à morte por Domiciano; Rúbrio Galo, que havia seduzido a imperatriz Domícia e, de acordo com a instância de enunciação, era mais indecente que um homossexual que escrevesse sátiras; Montano, cuja barriga denunciava grande gula; Crispino, que tresandava a amomo; Pompeio, descrito como um delator cruel; Cornélio Fusco, que preparava guerras entre os mármore da sua casa; o perigoso Lúcio Veientão e o mortífero Lúcio Catulo Messalino, que aparece descrito como um invisual que, voltado para a esquerda, elogiava o rodovalho que à sua direita se encontrava (sobre a deformidade física enquanto tema da crítica cínica, v., p. ex., o Cláudio da *Diui Claudii Apocolocyntosis*; ou *Crítica da razão cínica* de Peter Sloterdijk). Com base em credenciais como o conhecimento que Montano tinha da antiga luxúria do império, das madrugadas de Nero, onde sentira uma renovada fome e os pulmões a arderem de falerno, acabou por aceitar a sugestão do *bon vivant* no sentido de se forjar um recipiente adequado ao rodovalho (4.130-139). Da importância do engano, do disfarce, da luxúria, das relações fúteis

e do sacrilégio para a queda de Troia e de Roma, já Petrónio, no dizer de Zeitlin, havia tratado.³⁹

Da conjugação da hipocrisia e da luxúria de Augusto e Domiciano com um Otão que, no dizer da instância de enunciação, não passava de um favorito que tinha num espelho o objeto mais valioso (2.99ss.), dificilmente poderia resultar outra coisa que não fosse uma Urbe cujo clima de impunidade incentivasse à extorsão e à *saevitia* nas províncias (cf. exemplo de Mário Prisco em 2.11-12) ou que transformasse um arménio ingénuo, Zálaces, no mais efeminado dos efebos (2.166-170). Embora a crítica de Juvenal nos pareça, em muitos aspetos, intolerante e xenófoba, não deixa, nas últimas sátiras, de se revelar mais moderada, mercê do desencanto de quem não consegue mudar a sociedade e, qual pícaro, se procura adaptar o melhor possível dentro de um quadro claro e contínuo de inadaptação. Em paralelo, pensemos no Lazareto de Tormes, que, por umas migalhas, se conforma com o adultério da mulher com um membro da igreja local; ou nos naturalistas e realistas portugueses do séc. XIX que, conscientes da incapacidade de mudarem o mundo, formaram o grupo dos vencidos da vida.

³⁹ Zeitlin 1971 56-82, esp. 66.